



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

SUMÁRIO

ASSEMBLEIA NACIONAL

Lei n.º 7/2012
Lei de Base para Pessoas Com Deficiência.

Lei n.º 8/2012
Regime Jurídico de Constituição e Funcionamento
das Organizações Não Governamentais.

GOVERNO

Decreto n.º 29/2012
Cria junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades, o Gabinete de Apoio à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (GACPLP).

Decreto n.º 30/2012

Cria o Prémio de estímulo à produção agropecuária e ao desenvolvimento da pesca, designado de “Prémio de dedicação à agricultura, pecuária e pescas”.

Decreto n.º 31/2012

Atribui horas extraordinárias nos estabelecimentos do ensino público.

Decreto n.º 32/2012

Revoga o Decreto n.º 16/2007, publicado no Diário n.º 25, de 3 de Julho.

ASSEMBLEIA NACIONAL**Lei n.º 7/2012****Lei de Base para Pessoas Com Deficiência****Preâmbulo**

A ausência de políticas direccionadas para o enquadramento das pessoas com deficiência tem sido notória nos programas de sucessivos governos da República. A não ratificação por parte da Assembleia Nacional da Convenção sobre as pessoas com deficiência e a ausência de uma lei de base para portadores de deficiência, instrumentos jurídicos orientadores de políticas, constituíram alguns empecilhos à existência de acções mais direccionadas a esta franja da população.

No contexto actual, uma pessoa com deficiência deseja trabalhar e não receber esmolas. Cada vez mais torna-se imperioso que essas pessoas de alguma forma incapacitadas sejam escutadas e neguem permanentemente o papel de fardo que tradicionalmente a sociedade as reserva, retirando-lhes os direitos de cidadãos comuns, trabalhadores e membros de plenos direitos e colocando-os na situação de marginalização económica e social em detrimento de concepção de oportunidades de formação, de emprego e na vida activa.

Infelizmente, só no início da década 90, São Tomé e Príncipe introduz na sua agenda de desenvolvimento a problemática das pessoas com deficiência, com o objectivo de promover medidas eficazes para a prevenção da deficiência, a sua reabilitação e a plena participação em igualdade de oportunidades na vida social e económica do País, incluindo esta temática no recenseamento da população e habitação em 1991 e hoje se acredita que existe cerca de 10% da população com uma ou outra deficiência.

Perante este quadro sombrio, a presente Proposta de lei de base para pessoas com deficiência, que ora é apresentada à Assembleia Nacional, constituirá um importante passo na criação de um instrumento político - legal para que o Governo possa adoptar medidas complementares de reabilitação de portadores de deficiência que passe pela prevenção, processo de reabilitação integral, reabilitação médico - funcional, reabilitação psicossocial, reabilitação profissional, educação especial, apoio sócio-familiar, acessibilidade, ajudas técnicas, dentre outras.

Essas medidas devem ser reforçadas, competindo ao Estado criar instrumentos institucionais, como política nacional e incentivos para o efeito e cabendo ao Governo introduzir, nos variados sectores da sua orgânica, política de educação, cultura, saúde, emprego, formação profissional, segurança social, obras públicas e urbanismo, transportes, juventude e desporto, assistência e reinserção social, turismo, família e promoção da mulher, comunicação social e sistema fiscal e aduaneiro.

CAPÍTULO I
Disposições Gerais**Artigo 1.º****Objecto**

A presente Lei estabelece as bases gerais que visam promover a igualdade de direitos e oportunidades das pessoas com deficiência, previsto na Lei Constitucional de São Tomé e Príncipe, no domínio da educação, da saúde, do emprego, do desporto, do lazer, da segurança social, da assistência social, do transporte, da cultura, da protecção na infância e na maternidade, do tratamento e de outros direitos decorrentes das leis vigentes no País.

Artigo 2.º**Âmbito**

A presente Lei de base destina-se a toda as pessoas com deficiência.

Artigo 3.º**Deficiência**

Para os efeitos da presente Lei, considera-se:

1. «Deficiência», toda a perda ou anormalidade permanente ou transitória de uma função psicológica, fisiológica ou anatómica que gere incapacidade para o desempenho de uma actividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

2. «Deficiência permanente», aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir a recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos.

3. «Incapacidade», toda a restrição ou ausência de capacidade derivada de uma deficiência para realizar uma determinada actividade fora dos parâmetros considerados normais para um ser humano.

4. «Desvantagem», a situação em que se encontra um determinado indivíduo, em consequência de uma deficiência ou de uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de uma função normal, tendo em conta a idade, sexo, outros factores culturais e sociais.

Artigo 4.º**Categoria de Deficiência**

1. É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

- a) Deficiência Física é a alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, triplegia, tri paresia, hemiplegia, he-

miparesia, amputação, ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congénita ou adquirida, excepto as deformidades estéticas e as que produzam dificuldades para o desempenho de funções.

- b) Deficiência Auditiva é perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:
- De 25 a 40 decibéis (db) – surdez leve;
 - De 41 a 55 decibéis (db) – surdez moderada;
 - De 56 a 70 decibéis (db) – surdez acentuada;
 - De 71 a 90 decibéis (db) – surdez severa;
 - Acima de 91 decibéis (db) – surdez profunda;
 - Anacusia.
- c) Deficiência Visual é a acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho após a melhor correcção, ou campo visual inferior a 20.º (tabela de Mariotte), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;
- d) Deficiência Mental é o funcionamento intelectual definitivamente inferior à média, com manifestações antes dos dezoito (18) anos de idade e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:
- Comunicação;
 - Cuidado pessoal;
 - Habilidades sociais;
 - Utilização de comunidade;
 - Saúde e Segurança;
 - Habilidades Académicas;
 - Lazer e Trabalho.
- e) Congénita ou adquirida;
- f) Temporária ou permanente;
- g) Progressiva, regressiva ou estática;
- h) Intermitente ou contínua;
- i) Leve ou severa;
- j) Deficiência múltipla é associação de duas ou mais deficiências.

2. A pessoa com deficiência não constitui grupo homogéneo e a identificação da situação de deficiência, orientação e encaminhamento decorre de um diagnóstico precoce, que tem um carácter multidisciplinar.

CAPÍTULO II

Política Orientadora de Reabilitação

Artigo 5.º

Princípios Fundamentais

1. A política orientadora geral e as políticas sectoriais do Estado em relação à reabilitação de pessoas com deficiência obedecem aos seguintes princípios:

- a) A universalidade que se pressupõe encontrar formas adequadas de resposta às necessidades de todas as pessoas com deficiência, independentemente do tipo e grau de deficiência, da sua situação económica e social e da área onde reside;
- b) A descentralização é o processo mediante o qual as Entidades do Governo e a sociedade em geral

quer a nível nacional, regional, distrital ou local, assumem a responsabilidade de participar na promoção de medidas para o asseguramento do pleno exercício dos direitos humanos e da equiparação das oportunidades para as pessoas com deficiência;

- c) A acção conjunta do Estado e a colaboração da sociedade civil, que deve assegurar a plena integração de pessoas com deficiência no contexto socioeconómico e cultural;
- d) Direito é o reconhecimento das necessidades de respeito universal dos direitos fundamentais de todos os seres humanos, garantindo o desenvolvimento das acções que efectivam a sua promoção e protecção;
- e) Igualdade é o tratamento igual de pessoas com deficiência em relação as demais, discriminações em função da deficiência, proporcionando os meios necessários para a sua plena e efectiva participação na vida social, económica e cultural para o desenvolvimento do País;
- f) A acessibilidade visa eliminar as barreiras físicas, sociais, laborais, desportivas, fomentando e promovendo a informação e a comunicação para que se alcance a efectiva igualdade de oportunidade para as pessoas com deficiência;
- g) A igualdade de oportunidade é o processo mediante o qual o sistema geral da sociedade, o meio físico e cultural, a habitação, o transporte, os serviços de saúde, as oportunidades de educação e do trabalho, a vida cultural e social, inclusive as instalações desportivas e de lazer que tornem acessíveis a todos;
- h) Inclusão social significa garantir às pessoas com deficiência a realização efectiva e integral da igualdade de oportunidades, reconhecimento dos direitos fundamentais e o acesso a todos os serviços em geral;
- i) A plena participação preconiza que as pessoas com deficiência, de modo individual ou por intermédio das suas organizações representativas, tenham um papel activo na definição das políticas, na planificação de programas e na concretização das acções, bem como na salvaguarda de direitos;
- j) Estabelecimento de mecanismos, instrumentos legais e operacionais que assegurem às pessoas com deficiência o pleno exercício dos seus direitos básicos decorrentes da Lei Constitucional da República Democrática de São Tomé e Príncipe e das demais leis vigentes, proporcionando o bem-estar pessoal, social e económico.

2. Os princípios acima referidos constituem um sistema orgânico, que está interligado entre si, de maneira que a execução desta Lei passe necessariamente pela observação de todos os princípios enumerados.

CAPÍTULO III

Reabilitação

Artigo 6.º

Medidas Complementares de Reabilitação

O processo de reabilitação compreende medidas diversificadas e complementares nos domínios da prevenção, da reabilitação integral, da reabilitação funcional, da reabilitação psicossocial, do apoio familiar, da acessibilidade, das ajudas técnicas e outros que visam favorecer a autonomia pessoal, nos termos dos artigos seguintes.

Artigo 7.º

Prevenção

A prevenção constitui um conjunto de medidas plurisectoriais, que visam impedir o aparecimento ou o agravamento da deficiência e das suas consequências de natureza física, psicológica e social, planeamento familiar e o aconselhamento genético, os cuidados pré, peri e pós-natais, a educação para a saúde, à higiene e segurança no trabalho, a segurança rodoviária, a segurança no domicílio, nas actividades desportivas e outras.

Artigo 8.º

Processo de Reabilitação

1. A reabilitação é um processo global e contínuo destinado a corrigir a deficiência, bem como conservar, desenvolver ou estabelecer as aptidões e capacidades de pessoas com deficiência para o exercício de uma actividade considerada normal.

2. O processo de reabilitação envolve o aconselhamento e a orientação individual e familiar, pressupondo a cooperação dos profissionais nos vários níveis sectoriais e o empenhamento da comunidade.

Artigo 9.º

Reabilitação Integral

1. Reabilitação Integral é o processo de desenvolvimento das potencialidades de pessoas com deficiência, de duração limitada, com um objectivo bem definido, para permitir que às pessoas com deficiência alcancem um nível físico, psíquico e social funcional óptimo, proporcionando-lhes os meios para modificar a sua própria vida.

2. A reabilitação integral inclui medidas destinadas a compensar a perda de uma função ou a limitação funcional de um órgão, por meio de aparelhos e outras medidas para facilitar a inserção ou a reinserção social de pessoas com deficiência.

Artigo 10.º

Reabilitação Médico – Funcional

A reabilitação médico - funcional é uma forma de intervenção programada de natureza médica e médico - educativa, que compreende o diagnóstico e um conjunto de tratamentos e de técnicas especializadas que tendem a eliminar as sequelas do acidente, da doença ou da deficiência, restabelecendo as funções físicas e mentais, valorizando as capacidades remanescentes e restituindo tão completamente quanto possível a aptidão de um indivíduo para o exercício da sua actividade normal.

Artigo 11.º

Reabilitação Psicossocial

A reabilitação psicossocial compreende um conjunto de técnicas específicas integradas no processo contínuo de reabilitação com vista a conservar, restabelecer e desenvolver o equilíbrio de pessoas com deficiência e das suas relações afectivas e sociais.

Artigo 12.º

Reabilitação Profissional

A reabilitação profissional é uma actividade que compreende um conjunto de intervenções específicas no domínio da orientação e formação profissional, bem como as medidas que permitem a integração de pessoas com deficiência, quer no mercado normal de emprego ou noutras modalidades alternativas de trabalho.

Artigo 13.º

Educação Especial

A educação especial é uma modalidade de educação que decorre em todos os níveis de ensino público e privado que visa o desenvolvimento integral de pessoas com deficiência com necessidade educativa específica, bem como a preparação para uma integração plena na vida activa, através de acções dirigidas aos educandos, às famílias, aos educadores, às instituições educativas e às comunidades.

Artigo 14.º

Apoio Sócio – Familiar

O apoio sócio - familiar destina-se a permitir às pessoas com deficiência os meios que favoreçam a sua autonomia pessoal, a independência económica, a sua integração e a completa participação, garantindo simultaneamente o adequado apoio à família.

Artigo 15.º

Acessibilidade

A acessibilidade visa eliminar as barreiras físicas que dificultam a autonomia, a mobilidade e a participação plena de pessoas com deficiência na vida social.

Artigo 16.º

Ajudas Técnicas

1. As ajudas técnicas, incluindo as decorrentes de novas tecnologias, destinam-se a compensar a deficiência, ou atenuar-lhe as consequências, permitir o exercício das actividades quotidianas e a participação na vida escolar, profissional e social.

CAPÍTULO IV

Responsabilidade do Estado

Artigo 17.º

Obrigações do Estado

O Estado, em estreita colaboração com a sociedade civil, deve garantir e observar os princípios consagrados na presente Lei, a saber:

- a) Assegurar às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, independentemente do tipo e grau de deficiência;
- b) Garantir às pessoas com deficiência o direito à saúde, trabalho, educação, cultura, transporte, desporto, lazer, segurança e assistência social, protecção na infância e na maternidade, religião, acesso ao meio físico, comunidade, informação, a vida familiar e outras;
- c) Elaborar e promover com todas as instituições do Estado, a todos os níveis, medidas que visem o exercício dos direitos de igualdade e oportunidades de pessoas com deficiência;
- d) Colaborar com a sociedade civil no desenvolvimento de acções conjuntas para o asseguramento da plena integração de pessoas com deficiência, no contexto socioeconómico e cultural;
- e) Promover a eliminação das barreiras físicas, culturais, sociais, laborais e desportivas;
- f) Fomentar a informação e a comunicação para o alcance da igualdade de oportunidades de pessoas com deficiência;
- g) Garantir o respeito e a dignidade de pessoas com deficiência para o reconhecimento de acções que efectivem a promoção ao direito de benefícios e serviços de qualidade;
- h) Garantir o tratamento igual entre as pessoas com deficiência e os demais cidadãos sem discriminação em função da deficiência;
- i) Assegurar os meios necessários para a efectiva participação no desenvolvimento da vida socioeconómica e cultural do País.

Artigo 18.º

Competência do Estado

1. No âmbito da presente Lei, compete ao Estado:
- a) Proporcionar a articulação entre as Instituições do Governo, ONG, Entidades privadas e Comunitárias que têm responsabilidades no atendimento de pessoas com deficiência em todos os níveis;
 - b) Assegurar a disponibilidade e aplicação das orientações normativas, que garantam a igualdade

de oportunidades para pessoas com deficiência em todos os níveis;

- c) Adoptar medidas necessárias para a eliminação de toda e qualquer prática discriminatória em relação à deficiência;
- d) Fomentar e promover acções a favor de pessoas com deficiência;
- e) Fomentar e implementar a fiscalização no cumprimento de toda a legislação pertinente relativa às pessoas com deficiência;
- f) Fomentar e implementar os instrumentos de execução dos objectivos da política nacional referente às pessoas com deficiência;
- g) Respeitar a dignidade do cidadão portador de deficiência, garantindo-lhe o acesso aos serviços de qualidade.

2. O Estado deve coordenar a articulação de todas as políticas, medidas e acções sectoriais, a nível nacional, regional e distrital, de modo a assegurar às pessoas com deficiência um atendimento contínuo, nomeadamente entre as fases do processo de reabilitação e de integração.

3. Ao Estado compete, através de uma área específica, organizar o serviço de catalogação de pessoas com deficiência no local imediato, para uma referência nacional, com o fim de englobar a estatística e programar a reabilitação integral.

CAPÍTULO V

Instrumentos institucionais

Artigo 19.º

Política Nacional

Para efeitos da presente Lei, é definida uma política nacional para as pessoas com deficiência contendo as medidas a adoptar, bem como planos integrados de acção que encontrem desenvolvimento apropriado nos vários órgãos do Estado.

Artigo 20.º

Sistema da Política Nacional

Para a prossecução do disposto no artigo anterior, a política nacional é assegurada por órgãos que são por diploma próprio criados e que regula a competência e funcionamento dos mesmos.

Artigo 21.º

Órgãos do Sistema da Política Nacional

O sistema da Política Nacional é constituído pelos seguintes órgãos:

- a) Conselho Superior dos Direitos de Pessoas com Deficiência;
- b) Comissão Nacional de Coordenação Multisectorial;
- c) Órgãos locais de Coordenação dos Direitos de Pessoas com Deficiência.

Artigo 22.º

Composição dos Órgãos do Sistema da Política Nacional

1. O Conselho Superior dos Direitos de Pessoas com Deficiência é composto pelos seguintes órgãos:
 - a) Um representante do Presidente da República;
 - b) Um representante da Assembleia Nacional;
 - c) Um representante do Governo;
 - d) Um representante do Ministério Público;
 - e) Um representante da Associação das autarquias locais e regional;
 - f) Um representante da Associação de Pessoas com deficiência.
2. A Comissão Nacional de Coordenação Multi-sectorial é composta pelos seguintes órgãos:
 - a) Um representante de cada Ministério;
 - b) Um representante da Associação de Pessoas com Deficiência;
 - c) Um representante do Patronato (Câmara do Comércio);
 - d) Um representante de Associação das autarquias locais e regional;
 - e) Um representante das Centrais Sindicais.
3. Os órgãos locais de Coordenação dos Direitos de Pessoas com Deficiência são compostos pelos seguintes órgãos:
 - a) Um representante da Autoridade local e regional;
 - b) Dois representantes da Associação de Pessoas com Deficiência.

Artigo 23.º

Incentivos

1. O Estado concede apoios, incentivos técnicos e financeiros às instituições que executam importantes programas e projectos no âmbito da presente Lei.
2. Os apoios concedidos pelo Estado às Instituições que desenvolvem acções a favor de pessoas com deficiência concretizam-se em forma de cooperação a estabelecer mediante acordos específicos.
3. O Estado, em relação às Instituições, promove a compatibilização dos seus fins e actividades com a política nacional definida e garante o cumprimento da lei, defendendo os interesses de pessoas com deficiência.

CAPÍTULO VI**Políticas Sectoriais do Governo**

Artigo 24.º

Política de Educação

O órgão do Governo responsável pela educação deve dispensar tratamento prioritário e adequado aos assuntos objecto desta Lei de Base, a saber:

- a) Garantir a matrícula de pessoas com deficiência nos cursos regulares em estabelecimentos públicos e privados para a sua integração no sistema de ensino geral;
- b) Identificar as pessoas com deficiência com necessidade especial, no sistema de educação geral e especial;
- c) Incluir as pessoas com deficiência com necessidade especial, no sistema de educação especial nos estabelecimentos do ensino regular e nas instituições especializadas, as condições pedagógicas, humanas e técnicas adequadas;
- d) Garantir ao aluno portador de deficiência os benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive, material escolar;
- e) Garantir a educação especial obrigatória e gratuita às pessoas com deficiência, em estabelecimentos públicos;
- f) Incluir as pessoas com deficiência, no sistema de educação e de ensino especial como modalidade escolar para todos os níveis de ensino previsto por lei;
- g) Implementar, no sistema de ensino, programas de sensibilização sobre a problemática de pessoas com deficiência;
- h) Incluir na matéria de Educação Especial, os currículos de formação de professores;
- i) Colaborar com outros órgãos do Governo, na elaboração de programas de desenvolvimento de formação pré-profissional;
- j) Garantir a formação e qualificação de professores de nível médio e superior para a Educação Especial.

Artigo 25.º

Política da Cultura

O órgão do Governo responsável pela cultura deve dispensar tratamento prioritário e adequado aos assuntos objecto desta Lei de Base, a saber:

- a) Garantir a participação activa de pessoas com deficiência em actividades culturais, devendo favorecer a sua expressão como incentivo na comunidade;
- b) Criar incentivos para as pessoas com deficiência, para exercício de actividades criativas, mediante concursos com prémios, no campo das artes, letras, exposições, publicações e representações artísticas;
- c) Criar projectos, inclusive programas especiais de incentivo à cultura, que facilitem o livre acesso e possibilidade do pleno exercício dos direitos culturais de pessoas com deficiência.

Artigo 26.º**Política de Saúde**

O órgão do Governo responsável pela saúde deve dispensar tratamento prioritário e adequado aos assuntos objecto desta Lei de Base, a saber:

- a) Promover acções preventivas, como às referentes ao planeamento familiar, aconselhamento genético, acompanhamento da gravidez, do parto e do puerpério, a nutrição da mulher e da criança, a identificação e ao controle da gestante e do feto com alto risco, à imunização, as doenças do metabolismo e seu diagnóstico e ao encaminhamento precoce de outras doenças causadoras de deficiência;
- b) Desenvolver programas especiais de prevenção de acidentes domésticos, de trabalho, de trânsito e outros, bem como o desenvolvimento de programas para o tratamento adequado as suas vítimas;
- c) Garantir assistência médica e medicamentosa nas instituições públicas e privadas as pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade;
- d) Reforçar a rede de serviços especializados de saúde e de reabilitação a vários níveis, primário, secundário e terciário, fomentando a articulação entre os serviços sociais, educacionais e de trabalho;
- e) Promover formas de registo de qualquer patologia incapacitante, para inclusão no sistema de estatística de saúde a vários níveis.

Artigo 27.º**Política de Emprego, Formação Profissional e Segurança Social**

1. O órgão do Governo responsável pela Administração Pública, emprego, formação profissional e segurança social deve dispensar tratamento prioritário e adequado aos assuntos objecto desta Lei de Base:

- a) Desenvolver programas especiais de fomento de auto-emprego, valorização de mão-de-obra nacional, cidadania e emprego;
- b) Criação e implementação da Lei de Base do Primeiro Emprego;
- c) Assegurar que todas as pessoas com deficiência atingem uma formação profissional de qualidade capaz de satisfazer as exigências da profissão;
- d) Adaptar os postos de trabalho, tendo em atenção os imperativos de segurança e de funcionamento exigidos pela deficiência;
- e) Fornecer instrumentos de trabalho especiais, consoante a natureza da deficiência e outros meios específicos ou adaptados;
- f) Fornecer às pessoas com deficiência formação profissional em Centros de Formação Profissional, Centros de Reabilitação Profissional e Instituições similares afins, nas modalidades de formação que integram o sistema, desde que a condição para frequência do curso o permite;

- g) Permitir o acesso aos serviços de avaliação e orientação profissional para a intensificação e estudo que se prendam com os seus problemas, necessidades, interesses e potencialidades;
- h) Garantir a protecção social a nível do segundo patamar sobre a protecção social obrigatória a todas pessoas com deficiência, conforme o previsto na Lei de Base de Protecção Social.

2. O órgão do Governo responsável pela política de emprego deve adoptar uma quota de postos de trabalho para as pessoas com deficiência nos sectores da Administração Central do Estado e nas empresas públicas e privadas, desde que reúnam as qualificações necessárias e obedeçam as regras e critérios de recrutamento para o preenchimento das vagas, nos moldes seguintes:

- a) De 20 aos 100 postos de trabalho, no mínimo uma vaga;
- b) Superior aos 100 postos de trabalho, no mínimo três vagas.

Artigo 28.º**Política de Obras Públicas e Urbanismo**

O órgão do Governo responsável pelas obras públicas e urbanismo deve dispensar tratamento prioritário e adequado aos assuntos objecto desta Lei de Base, a saber:

- a) Adoptar medidas tendentes a incluir nos projectos de construção e reabilitação das obras nos edifícios e nas infra-estruturas de utilidade públicas, condições que facilitam a mobilidade de pessoas com deficiência;
- b) Garantir a reserva nas áreas externas ou internas dos edifícios, destinadas a garagem e o estacionamento de uso público, no mínimo três por cento do total das vagas às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;

Artigo 29.º**Política de Transportes**

O órgão do Governo responsável pelos transportes deve dispensar tratamento prioritário e adequado aos assuntos objecto desta Lei de Base:

- a) Criar mecanismos e condições, de forma progressiva, que permitem às pessoas com deficiência o acesso e a utilização de transportes públicos;
- b) Conceder benefícios fiscais sobre impostos e taxas de importação de veículos adaptados para os deficientes.

Artigo 30.º**Política da Juventude e Desporto**

O órgão do Governo responsável pela juventude e desporto deve dispensar tratamento prioritário e adequado aos assuntos objecto desta Lei de Base, a saber:

- a) Promover a prática desportiva e de recreação integradas ou adaptadas para as pessoas com deficiência;
- b) Incentivar a prática desportiva em todas as suas formas e escalões como direito de cada um e o lazer como forma de promoção social;
- c) Assegurar a acessibilidade às instalações desportivas, dos estabelecimentos de ensino desde o nível pré-escolar até a universidade;
- d) Estimular e apoiar a constituição de associações por áreas de deficiência com fins desportivos;
- e) Promover a inclusão de actividades desportivas para as pessoas com deficiência na prática de educação física ministrada nas instituições de ensino públicos e privados.

Artigo 31.º

Política de Assistência e Reinserção Social

O órgão do Governo responsável pela assistência e reinserção social deve dispensar tratamento prioritário e adequado aos assuntos objecto desta Lei de Base, a saber:

- a) Garantir o apoio multiforme e o direito à integração de pessoas com deficiência, através de acções com outros actores sociais;
- b) Garantir a assistência às pessoas com deficiência;
- c) Apoiar as pessoas com deficiência com a atribuição de meios de locomoção e dispositivos de compensação;
- d) Orientar e supervisionar as instituições que visem o bem-estar de pessoas com deficiência;
- e) Promover a integração ou reintegração sócio-familiar de pessoas com deficiência;
- f) Promover a capacitação técnico-profissional de pessoas com deficiência, junto dos Centros de Formação e Reabilitação Profissional;
- g) Promover a realização de actividades para o desenvolvimento das capacidades residuais de pessoas com deficiência;
- h) Promover actividades de informação e educação pública sobre a problemática da deficiência;
- i) Promover acções de prevenção das deficiências;
- j) Promover nas comunidades, iniciativas de apoio às pessoas com deficiência, em particular as desamparadas e mais vulneráveis;
- k) Promover o acompanhamento psicossocial de pessoas com deficiência beneficiária das acções de reabilitação integral e integração;
- l) Promover o associativismo e cooperativismo nas actividades de integração geradoras de rendimentos e auto dependência;
- m) Promover a integração de pessoas com deficiência na comunidade em que residem, facilitando o acesso aos serviços sociais de base especializados, através da coordenação multisectorial a nível local;

- n) Estimular a efectiva integração da criança portadora de deficiência em actividades pré-escolares;
- o) Garantir a protecção social de pessoas com deficiência e da sua família, quando se trata de menores, por intermédio de mecanismos que favoreçam a sua autonomia e integração na comunidade.

Artigo 32.º

Política de Turismo

O órgão do Governo responsável pelo turismo deve dispensar tratamento prioritário e adequado aos assuntos objecto desta Lei de Base, a saber:

- a) Apoiar e promover guias de turismo com informação adequada as pessoas com deficiência;
- b) Estimular a promoção do turismo para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a oferta de instalações hoteleiras acessíveis e de serviços adaptados de transportes.

Artigo 33.º

Política da Família e Promoção da Mulher

O órgão do Governo responsável pela família e promoção da mulher deve dispensar tratamento prioritário e adequado aos assuntos objecto desta Lei de Base:

- a) Promover o associativismo familiar de forma a garantir a harmonia entre as pessoas com deficiência dentro do círculo familiar;
- b) Apoiar a efectiva integração de pessoas com deficiência na comunidade e no seio da família.

Artigo 34.º

Política de Comunicação Social

O órgão do Governo responsável pela comunicação social deve dispensar tratamento prioritário e adequado aos assuntos objecto desta Lei de Base, a saber:

- a) Promover o acesso de pessoas com deficiência aos meios de comunicação social;
- b) Divulgar, de forma gratuita, programas específicos de integração social de pessoas com deficiência, através dos órgãos de comunicação social pública;
- c) Implementar e aplicar gradualmente a comunicação mímica, através da televisão para garantir o acesso de pessoas com deficiência à informação.

CAPÍTULO VII

Fundos

Artigo 35.º

Encargos

Os encargos decorrentes da execução desta Lei devem ser inscritos nos orçamentos inerentes aos Ministérios.

CAPÍTULO VIII

Disposições Finais e Transitórias

Artigo 36.º

Revogação

É revogada toda a legislação que contraria à presente Lei.

Artigo 37.º

Regulamentação

O Governo regula à presente Lei, no prazo de 90 dias, contados na data da sua publicação.

Artigo 38.º

Entrada em vigor

A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação no *Diário da República*.

Visto e aprovado pela Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 24 de Maio de 2010.

Assembleia Nacional, em São Tomé, aos 24 de Maio 2012.- O Presidente da Assembleia Nacional, *Evaristo do Espírito Santo Carvalho*.

Promulgado em 11 de Julho de 2012.

Publique-se.

O Presidente da República, *Manuel do Espírito Santo Pinto da Costa*.

Lei n.º 8/2012

Regime Jurídico de Constituição e Funcionamento das Organizações Não Governamentais

Preâmbulo

Considerando a necessidade de se estabelecer regras mínimas que determinam as condições a que devem obedecer o funcionamento de associações, fundações e outras instituições de direito privado sem fins lucrativos, designados de ONG's que actuam no País e prestam relevantes serviços às populações nas mais diversas áreas, contribuindo assim para melhoria do seu bem-estar sem prejuízo para a real autonomia e para o princípio geral da liberdade de associação;

Julgando impreterível acompanhar atentamente a proliferação de institutos com a designação ONG's, e joeirando a inexistência de legislação específica nessa matéria e a susceptibilidade de práticas e acções de

índole indesejável, formula-se um conjunto de normas que passarão a reger as actividades destas organizações particulares de fins não lucrativos de irrecusável importância pelo papel fundamental que têm desempenhado na resolução de inúmeros problemas com que se confrontam os cidadãos na sua vida quotidiana;

Não possuindo o conceito de ONG uma definição exacta, mesmo nos ordenamentos jurídicos mais experientes do que o nosso, com este Diploma procura-se dar corpo à expressão organizada de associativismo da sociedade civil, adoptando as bases que sustentam os princípios orientadores, nomeadamente no que toca à definição do processo de constituição das organizações não governamentais;

Considerando a necessidade de se consagrar a equiparação das ONG's estrangeiras que actuam em São Tomé e Príncipe, sem fins lucrativos e que desenvolvem actividades em vários domínios de cariz social humanitário ou outro, no âmbito da cooperação internacional, as ONGIP, reconhecendo-lhes a capacidade jurídica; e ainda nesse quadro normativo é admitida a existência de organizações não governamentais de âmbito internacional reconhecidas como tal pelas principais organizações internacionais;

A Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Âmbito do diploma

A presente Lei tem como finalidade o enquadramento jurídico do que se designa de Organizações Não Governamentais (ONG's) no tocante à sua constituição, funcionamento e o estabelecimento de regras que determinam as condições para o reconhecimento das Organizações Não Governamentais de Interesse Público, adiante designadas por ONGIP.

Artigo 2.º

Noção

1. Para efeitos da presente Lei, são consideradas como ONG's as associações, fundações e outras instituições de direito privado sem fins lucrativos, de âmbito nacional ou internacional, constituídas nos termos da lei geral, que têm como objectivo o exercício de actividades de reconhecido interesse para o país, nomeadamente, nos domínios económico, social, cultural, ambiental, científico, caritativo, filantrópico, e contribuam para a satisfação das necessidades básicas das populações visando, a melhoria das suas condições de vida.

2. Além dos enumerados no número anterior, as ONG's podem prosseguir de modo secundário outros fins não lucrativos compatíveis com o seu objecto principal.